



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

PROJETO BASICO

**PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO SOBRE PEDRAS IRREGULARES DE
VIAS URBANAS EM CBUQ – CONCRETO BETUMINOSO USINADO A
QUENTE.**

LOCAL DA OBRA: DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO E BAIRROS.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	1
2	LOCAL DA OBRA DE RECAPEAMENTO	1
3	MEMORIA DE CALCULO DO RECAPE	2-9
4	GENERALIDADES	9-10
5	CONDIÇÕES GERAIS	10
6	SITUAÇÃO FUNDIARIA	10
7	EXECUÇÃO DO PROJETO	10-11
8	PROJETO URBANISTICO	11
9	CONCEITUAÇÃO DA PROPOSTA	11-12
10	PLACA DE OBRA	12
11	CARACTERIZAÇÕES DO TERRENO	12
12	RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA	12-13
13	POSIÇÃO DO PAVIMENTO EM RELAÇÃO AOS IMOVEIS JÁ EDIFICADOS	13
14	DRENAGEM	13
15	MEIO FIO GUIA	13
16	RECAPEAMENTO ASFALTICO EM C.B.U.Q - Limpeza da Area de Recape - Correção dos defeitos antes do Recape Asfáltico - Pintura de Ligação - C.B.U.Q. Concreto Betuminoso Usinado a Quente - Faixa “C” DER-PR (reperfilagem) - Faixa “C” DER-PR (rolamento) - Controle Tecnológico - Fiscalização das Obras	13-16



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

17	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL - Marcas Transversais de Pedestres (FTP) cor branca - Preparo da superfície - Materiais - Execução da Sinalização	
18	SINALIZAÇÃO VERTICAL	16
19	LIMPEZA FINAL	16
20	PLANILHA ORÇAMENTARIA DE REFERENCIA	16-17
21	VISTORIA TECNICA – FACULTATIVA	17
22	CRITERIO DE MEDIÇÕES E PAGAMENTOS	17-18
23	DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO	18-19
24	FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	19
25	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO	19
26	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	19-23
27	DA GESTÃO DO CONTRATO	24-29
28	DO GESTOR DO CONTRATO	29-30
29	DA VISTORIA	30
30	DA EXECUÇÃO DO OBJETO	30-31
31	LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	31-35
32	MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS	35
33	PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO	36
34	DO RECEBIMENTO	36-37
35	LIQUIDAÇÃO	38-39
36	PRAZO DE PAGAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO	39
37	REAJUSTE	39-41



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

38	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	41-43
39	FORMA E CRITERIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO	43-44
40	HABILITAÇÃO JURIDICA	44-45
41	HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA	45
42	QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA	45-46
43	QUALIFICAÇÃO TECNICA	46
44	QUALIFICAÇÃO TECNICO-OPERACIONAL	47
45	DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO	47-48
47	ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	48
48	DISPOSIÇÕES FINAIS	48





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

I – APRESENTAÇÃO

O presente Projeto Básico, tem por finalidade estabelecer as etapas, critérios, objetivos e recomendações técnicas para a execução dos serviços de Recapeamento Asfáltico em Concreto Usinado a Quente - C.B.U.Q. sobre pedra irregular existente, contemplando Infraestrutura Urbana, em Trechos de diversas Ruas da sede e bairros do município, totalizando 71.539,49 m² de área de Intervenção (á recapear). Centro e bairros do Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, tendo as especificações adiante descritas.

2 – LOCAL DA OBRA

Local da obra Recapeamento: Trechos da Rua Siqueira Campos, travessa Sibipiruna, Rua Frei Demétrio, Rua Willian Durães Freire, Avenida São Paulo, Rua Curitiba, Rua Santa Catarina, Rua XV de Novembro, Rua Felipe Marques Escanvela, Rua Floresta, Rua Anézia Landgraf Adami, Rua Antônio Regalo, Rua Ernesto Vilas Boas Filho, Rua Gamalier Nogueira, Rua Gladys da Costa Santos, Rua João Costa, Travessa Flamboyant, Rua Leonardo S. Araujo Durães, Rua Maria Jorge Aiub, Rua Aparecido Pereira da Silva, Rua Nilson Mesquita, Rua Silvério Martins de Almeida, Rua Dom Fernando, Rua Oscar Pereira Camargo, Rua Sem Saída, Rua São João, Rua São Pedro, Rua Antônio Martins, Rua João Luiz da Silva, Rua Ludwig Friedrich, Rua Arthur Coelho de Oliveira, Rua Avelino Domiciano Azevedo, Rua João Costa, Rua Sebastião Fernandes de Moraes, Rua Sizenando Gusmão, Rua Elias Salim Maruch, Rua Gilberto Pereira, Rua Paulo Landgraf, Rua Santo Antônio, Rua Eduardo Aleixo, Rua Santa Barbara, Rua Sebastião Oliveira dos Santos, Avenida Curitiba, Rua Maringá, Avenida Vaz, Rua Doutor David, Rua Governador Lupion, Rua Maria Vaz, Rua São Bento e Rua do Comércio, sede e bairros do Município de Congonhinhas – Paraná.

Regime de execução: Empreitada Global

Fonte: orcapav_DERPR_março_2025_sem_desoneracao.

Área a Recapear: 71.539,49 M²

ART: 1720255624224



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Coordenadas Geográficas Recape:

RUA	TRECHO	COORDENADAS INICIAL	COORDENADAS FINAL
Rua Siqueira Campos- Trecho 1	Travessa dos Estudantes e Travessa Sibipiruna	546011.00 m E 7394942.00 m S	546136.00 m E 7394807.00 m S
Rua Siqueira Campos- Trecho 2	Travessa Sibipiruna e Rua Manoel Domiciano Azevedo	546144.00 m E 7394799.00 m S	546318.00 m E 7394608.00 m S
Travessa Sibipiruna – Trecho 1	Avenida Manoel Ribas e Rua Siqueira Campos	546191.00 m E 7394849.00 m S	546143.00 m E 7394807.00 m S
Travessa Sibipiruna – Trecho 2	Rua Siqueira Campos e Rua Sibipiruna-Sem Saída	546135.00 m E 7394799.00 m S	546109.00 m E 7394777.00 m S
Rua Frei Demétrio – Trecho 1	Rua Santo Antônio e Rua Willian Durães Freire	545758.00 m E 7395919.00 m S	545803.00 m E 7396091.00 m S
Rua Frei Demétrio – Trecho 2	Rua Willian Durães Freire e Rua Leonardo S. Araujo Durães	545803.00 m E 7396091.00 m S	545918.00 m E 7396263.00 m S





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Rua Willian Durães Freire - Trecho 1	Rua Frei Demétrio e Rua Willian Durães Freire	545757.00 m E 7396054.00 m S	545721.00 m E 7396076.00 m S
Avenida São Paulo - Trecho 1	Rua Curitiba e Rua Vereador Gerson Aparecido Borges	545856.00 m E 7395364.00 m S	545955.00 m E 7395340.00 m S
Rua Curitiba - Trecho 1	Rua Oscar Pereira de Camargo e Avenida Vinte de Março	545954.00 m E 7395750.00 m S	545933.00 m E 7395667.00 m S
Rua Curitiba - Trecho 2	Avenida Brasil e Rua Doutor David Xavier da Silva	545902.00 m E 7395554.00 m S	545880.00 m E 7395466.00 m S
Rua Santa Catarina - Trecho 1	Rua Sete de Setembro e Rua Santa Catarina - Sem Saída	545512.00 m E 7395372.00 m S	545694.00 m E 7395309.00 m S
Rua XV de Novembro - Trecho 1	Rua Oscar Pereira de Camargo e Avenida Vinte de Março	545843.00 m E 7395779.00 m S	545822.00 m E 7395695.00 m S
Rua XV de Novembro - Trecho 2	Avenida Vinte de Março e Avenida Brasil	545816.00 m E 7395682.00 m S	545795.00 m E 7395596.00 m S
Rua XV de Novembro - Trecho 3	Avenida Brasil e Rua Doutor David Xavier da Silva	545790.00 m E 7395582.00 m S	545770.00 m E 7395497.00 m S
Rua Felipe Marques Escanvela - Trecho 1	Rua Rafael Henrique da Silva Costa e Rua Siqueira Campos	546433.00 m E 7394568.00 m S	546388.00 m E 7394538.00 m S
Rua Felipe Marques Escanvela - Trecho 2	Rua Siqueira Campos e Rua Floresta	546379.00 m E 7394531.00 m S	546338.00 m E 7394502.00 m S
Rua Floresta - Trecho 1	Rua Felipe Marques Escanvela e Rua Floresta - Sem Saída	546330.00 m E 7394501.00 m S	546227.00 m E 7394607.00 m S
Rua Anézia Landgraf Adami - Trecho 1	Rua João Costa e Rua Ernesto Vilas Boas Filho	546508.00 m E 7394621.00 m S	546576.00 m E 7394470.00 m S
Rua Antônio Regalo - Trecho 1	Rua Gamalier Nogueira e Rua Ernesto Vilas Boas Filho	546573.00 m E 7394579.00 m S	546632.00 m E 7394501.00 m S
Rua Ernesto Vilas Boas Filho - Trecho 1	Rua Anézia Landgraf Adami e Rua Gladys da Costa Santos	546593.00 m E 7394454.00 m S	546720.00 m E 7394573.00 m S
Rua Gamalier Nogueira - Trecho 1	Rua João Costa e Rua Ernesto Vilas Boas Filho	546516.00 m E 7394625.00 m S	546670.00 m E 7394534.00 m S
Rua Gladys da Costa Santos - Trecho 1	Travessa Flamboyant e Rua Ludwig Friedrich	546696.00 m E 7394582.00 m S	546755.00 m E 7394571.00 m S
Rua João Costa - Trecho 2	Rua Deputado Gabriel Manoel e Rua Gladys da Costa Santos	546506.00 m E 7394763.00 m S	546507.00 m E 7394700.00 m S
Rua João Costa - Trecho 3	Rua Gladys da Costa Santos e Rua Gamalier Nogueira	546506.00 m E 7394689.00 m S	546507.00 m E 7394631.00 m S
Travessa Flamboyant - Trecho 1	Rua Ernesto Vilas Boas Filho e Rua Gladys da Costa Santos	546691.00 m E 7394553.00 m S	546690.00 m E 7394580.00 m S
Rua Frei Demétrio - Trecho 3	Rua Leonardo S. Araujo Durães e Rua Nilson Mesquita	545918.00 m E 7396262.00 m S	546072.00 m E 7396322.00 m S
Rua Leonardo S. Araujo Durães - Trecho 1	Rua Frei Demétrio e Rua Silvério Martins de Almeida	545922.00 m E 7396276.00 m S	545847.00 m E 7396339.00 m S
Rua Maria Jorge Aiub - Trecho 1	Rua Frei Demétrio e Rua Silvério Martins de Almeida	545963.00 m E 7396299.00 m S	545870.00 m E 7396377.00 m S
Rua Aparecido Pereira da Silva - Trecho 1	Rua Frei Demétrio e Rua Silvério Martins de Almeida	546015.00 m E 7396313.00 m S	545890.00 m E 7396415.00 m S
Rua Nilson Mesquita - Trecho 1	Rua Frei Demétrio e Rua Silvério Martins de Almeida	546063.00 m E 7396326.00 m S	545914.00 m E 7396449.00 m S



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Rua Silvério Martins de Almeida - Trecho 1	Rua Leonardo S. Araujo Durães e Rua Nilson Mesquita	545846.00 m E 7396344.00 m S	545907.00 m E 7396449.00 m S
Rua Dom Fernando - Trecho 1	Rua Dom Fernando - Sem Saída e Avenida Santa Eugenia	545261.00 m E 7395995.00 m S	545222.00 m E 7395845.00 m S
Rua Oscar Pereira Camargo - Trecho 1	Rua Dom Fernando e Rua São João	545250.00 m E 7395947.00 m S	545341.00 m E 7395922.00 m S
Rua Oscar Pereira Camargo - Trecho 2	Rua São João e Rua São Pedro	545348.00 m E 7395920.00 m S	545438.00 m E 7395896.00 m S
Rua Oscar Pereira Camargo- Trecho 3	Rua São Pedro e Rua Paulo Landgraf	545447.00 m E 7395895.00 m S	545532.00 m E 7395869.00 m S
Rua Sem Saída - Trecho 1	Rua São João e Rua Sem Saída	545338.00 m E 7395871.00 m S	545389.00 m E 7395858.00 m S
Rua São João - Trecho 1	Rua Oscar Pereira de Camargo e Avenida Santa Eugenia	545344.00 m E 7395916.00 m S	545322.00 m E 7395830.00 m S
Rua São João - Trecho 2	Avenida Santa Eugenia e Avenida Duque de Caxias	545319.00 m E 7395819.00 m S	545294.00 m E 7395723.00 m S
Rua São Pedro - Trecho 1	Rua Oscar Pereira de Camargo e Avenida Santa Eugenia	545441.00 m E 7395890.00 m S	545418.00 m E 7395801.00 m S
Rua Antônio Martins Trecho 1	Rua João Augusto da Silva e Rua Hercílio Dias	547055.00 m E 7394464.00 m S	547101.00 m E 7394442.00 m S
Rua João Luiz da Silva Trecho 1	Rua Gladys da Costa Santos e Rua Hercílio Dias	546755.00 m E 7394570.00 m S	547015.00 m E 7394287.00 m S
Rua Ludwing Friedrich Trecho 1	Rua João Luiz da Silva e Rua Antônio Martins	546755.00 m E 7394572.00 m S	546782.00 m E 7394623.00 m S
Rua Arthur Coelho de Oliveira - Trecho 1	Rua João Costa e Rua Arthur Coelho de Oliveira-Sem Saída	546518.00 m E 7394828.00 m S	546644.00 m E 7394754.00 m S
Rua Avelino Domiciano Azevedo - Trecho 1	Rua Sizenando Gusmão e Rua Sebastião Fernandes de Moraes	546594.00 m E 7394909.00 m S	546593.00 m E 7394855.00 m S
Rua João Costa - Trecho 1	Rua Sizenando Gusmão e Rua Deputado Gabriel Manoel	546511.00 m E 7394955.00 m S	546508.00 m E 7394780.00 m S
Rua Sebastião Fernandes de Moraes - Trecho 1	Rua João Costa e Rua Sebastião Fernandes de Moraes - Sem Saída	546518.00 m E 7394893.00 m S	546650.00 m E 7394813.00 m S
Rua Sizenando Gusmão - Trecho 1	Rua João Costa e Rua Avelino Domiciano Azevedo	546522.00 m E 7394959.00 m S	546592.00 m E 7394911.00 m S
Rua Elias Salim Maruch - Trecho 1	Rua Oscar Pereira Camargo e Rua Santo Antônio	545637.00 m E 7395847.00 m S	545658.00 m E 7395932.00 m S
Rua Gilberto Pereira - Trecho 1	Rua Santo Antônio e Rua Gilberto Pereira - Sem Saída	545610.00 m E 7395959.00 m S	545628.00 m E 7396028.00 m S
Rua Oscar Pereira de Camargo - Trecho 4	Rua Elias Salim Maruch e Rua Frei Demétrio	545640.00 m E 7395841.00 m S	545726.00 m E 7395816.00 m S
Rua Oscar Pereira de Camargo - Trecho 5	Rua Frei Demétrio e Rua Curitiba	545737.00 m E 7395815.00 m S	545922.00 m E 7395767.00 m S
Rua Paulo Landgraf - Trecho 1	Rua Oscar Pereira Camargo e Rua Santo Antônio	545540.00 m E 7395876.00 m S	545563.00 m E 7395959.00 m S
Rua Paulo Landgraf - Trecho 2	Rua Santo Antônio e Rua Paulo Landgraf - Sem Saída	545565.00 m E 7395968.00 m S	545589.00 m E 7396055.00 m S
Rua Santo Antônio - Trecho 1	Rua São Pedro e Rua Paulo Landgraf	545475.00 m E 7395988.00 m S	545557.00 m E 7395968.00 m S



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Rua Santo Antônio - Trecho 2	Rua Paulo Landgraf e Rua Frei Demétrio	545568.00 m E 7395965.00 m S	545752.00 m E 7395914.00 m S
Rua São Pedro - Trecho 2	Rua Oscar Pereira Camargo e Rua Santo Antônio	545444.00 m E 7395898.00 m S	545468.00 m E 7395985.00 m S
Rua Eduardo Aleixo - Trecho 1	Rua Sebastião Oliveira dos Santos e Rua Santa Bárbara	546128.00 m E 7395093.00 m S	546184.00 m E 7395050.00 m S
Rua Santa Bárbara - Trecho 1	Avenida Manoel Ribas e Rua Eduardo Aleixo	546107.00 m E 7394958.00 m S	546187.00 m E 7395040.00 m S
Rua Sebastião Oliveira dos Santos - Trecho 1	Avenida Manoel Ribas e Rua Eduardo Aleixo	546054.00 m E 7395016.00 m S	546118.00 m E 7395092.00 m S
Avenida Curitiba - Trecho 1	Avenida Paraná e Rua Londrina	553349.00 m E 7386321.00 m S	553362.00 m E 7386234.00 m S
Avenida Curitiba - Trecho 2	Rua Londrina e Avenida Curitiba	553336.00 m E 7386410.00 m S	553347.00 m E 7386335.00 m S
Avenida Curitiba - Trecho 3	Avenida Curitiba e Avenida Curitiba	553443.00 m E 7386682.00 m S	553315.00 m E 7386495.00 m S
Rua Maringá - Trecho 1	Avenida Paraná e Rua Cornélio Cardoso	553166.00 m E 7386178.00 m S	553176.00 m E 7386105.00 m S
Avenida Vaz - Trecho 1	Rua São Bento e Avenida Vaz	557290.00 m E 7397205.00 m S	557223.00 m E 7397641.00 m S
Rua Doutor David - Trecho 1	Avenida Vaz e Rua Sete de Setembro	557252.00 m E 7397381.00 m S	557162.00 m E 7397365.00 m S
Rua Governador Lupion - Trecho 1	Rua Dom Pedro I e Rua São Bento	557436.00 m E 7397131.00 m S	557422.00 m E 7397209.00 m S
Rua Governador Lupion - Trecho 2	Rua São Bento e Rua Maria Vaz	557421.00 m E 7397224.00 m S	557409.00 m E 7397299.00 m S
Rua Governador Lupion - Trecho 3	Rua Maria Vaz e Rua Presidente Vargas	557409.00 m E 7397317.00 m S	557363.00 m E 7397580.00 m S
Rua Maria Vaz - Trecho 1	Avenida Vaz e Rua Governador Lupion	557288.00 m E 7397288.00 m S	557403.00 m E 7397306.00 m S
Rua São Bento - Trecho 1	Rua Sete de Setembro e Avenida Vaz	557186.00 m E 7397161.00 m S	557278.00 m E 7397190.00 m S
Rua São Bento - Trecho 2	Avenida Vaz e Rua Governador Lupion	557301.00 m E 7397195.00 m S	557414.00 m E 7397216.00 m S
Rua Do Comercio - Trecho 1	Rua Dona Benta e Rua Sem Nome 153	552147.00 m E 7389610.00 m S	552310.00 m E 7389519.00 m S



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Memória de Cálculo Recape

RUA	TRECHO	COMP. M	LARG. Média M	ÁREA DET. M²	ÁREA TOT. M²
Rua Siqueira Campos - Trecho 1	Travessa dos Estudantes e Travessa Sibipiruna	179,66	7,94	160,08	1.586,98
Rua Siqueira Campos - Trecho 2	Travessa Sibipiruna e Rua Manoel Domiciano Azevedo	255,80	7,99	0,00	2.044,37

Travessa Sibipiruna - Trecho 1	Avenida Manoel Ribas e Rua Siqueira Campos	65,62	8,44	0,00	553,63
Travessa Sibipiruna - Trecho 2	Rua Siqueira Campos e Rua Sibipiruna-Sem Saída	40,18	8,43	0,00	338,82
Rua Frei Demétrio - Trecho 1	Rua Santo Antônio e Rua Willian Durães Freire	113,20	8,01	969,87	1.876,24
Rua Frei Demétrio - Trecho 2	Rua Willian Durães Freire e Rua Leonardo S. Araujo Durães	213,87	7,94	0,00	1.698,94
Rua Willian Durães Freire - Trecho 1	Rua Frei Demétrio e Rua Willian Durães Freire	32,12	6,96	0,00	223,58
Avenida São Paulo - Trecho 1	Rua Curitiba e Rua Vereador Gerson Aparecido Borges	103,21	10,63	0,00	1.097,29
Rua Curitiba - Trecho 1	Rua Oscar Pereira de Camargo e Avenida Vinte de Março	87,32	10,45	0,00	912,26
Rua Curitiba - Trecho 2	Avenida Brasil e Rua Doutor David Xavier da Silva	93,24	8,91	0,00	830,60
Rua Santa Catarina - Trecho 1	Rua Sete de Setembro e Rua Santa Catarina - Sem Saída	218,09	6,06	0,00	1.322,44
Rua XV de Novembro - Trecho 1	Rua Oscar Pereira de Camargo e Avenida Vinte de Março	90,62	8,17	0,00	740,55
Rua XV de Novembro - Trecho 2	Avenida Vinte de Março e Avenida Brasil	85,98	10,74	0,00	923,20
Rua XV de Novembro - Trecho 3	Avenida Brasil e Rua Doutor David Xavier da Silva	88,87	10,81	0,00	960,32
Rua Felipe Marques Escavela - Trecho 1	Rua Rafael Henrique da Silva Costa e Rua Siqueira Campos	56,02	6,14	0,00	344,18
Rua Felipe Marques Escavela - Trecho 2	Rua Siqueira Campos e Rua Floresta	51,89	5,73	0,00	297,33
Rua Floresta - Trecho 1	Rua Felipe Marques Escavela e Rua Floresta - Sem Saída	149,52	7,89	75,98	1.255,89
Rua Anézia Landgraf Adami - Trecho 1	Rua João Costa e Rua Ernesto Vilas Boas Filho	163,14	6,90	494,98	1.620,70
Rua Antônio Regalo - Trecho 1	Rua Gamalier Nogueira e Rua Ernesto Vilas Boas Filho	103,17	6,86	119,74	827,60



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Rua Ernesto Vilas Boas Filho - Trecho 1	Rua Anézia Landgraf Adami e Rua Gladys da Costa Santos	163,10	8,03	48,51	1.358,12
Rua Gamalier Nogueira - Trecho 1	Rua João Costa e Rua Ernesto Vilas Boas Filho	177,53	6,93	25,74	1.256,57
Rua Gladys da Costa Santos - Trecho 1	Travessa Flamboyant e Rua Ludwig Friedrich	68,12	5,79	65,25	459,51
Rua João Costa - Trecho 2	Rua Deputado Gabriel Manoel e Rua Gladys da Costa Santos	61,15	7,09	170,37	604,12
Rua João Costa - Trecho 3	Rua Gladys da Costa Santos e Rua Gamalier Nogueira	51,58	7,22	0,00	372,37
Travessa Flamboyant - Trecho 1	Rua Ernesto Vilas Boas Filho e Rua Gladys da Costa Santos	24,10	7,02	48,66	217,88
Rua Frei Demétrio - Trecho 3	Rua Leonardo S. Araujo Durães e Rua Nilson Mesquita	162,78	7,69	0,00	1.251,32
Rua Leonardo S. Araujo Durães - Trecho 1	Rua Frei Demétrio e Rua Silvério Martins de Almeida	96,12	5,55	82,67	616,26
Rua Maria Jorge Aiub - Trecho 1	Rua Frei Demétrio e Rua Silvério Martins de Almeida	119,68	5,47	50,97	705,96
Rua Aparecido Pereira da Silva - Trecho 1	Rua Frei Demétrio e Rua Silvério Martins de Almeida	154,75	5,44	55,99	897,55
Rua Nilson Mesquita - Trecho 1	Rua Frei Demétrio e Rua Silvério Martins de Almeida	190,73	5,50	39,68	1.088,00
Rua Silvério Martins de Almeida - Trecho 1	Rua Leonardo S. Araujo Durães e Rua Nilson Mesquita	121,38	5,55	51,46	725,66
Rua Dom Fernando - Trecho 1	Rua Dom Fernando - Sem Saída e Avenida Santa Eugenia	147,51	7,30	0,00	1.076,53
Rua Oscar Pereira Camargo - Trecho 1	Rua Dom Fernando e Rua São João	87,40	7,37	26,82	671,07
Rua Oscar Pereira Camargo - Trecho 2	Rua São João e Rua São Pedro	90,67	7,21	102,17	756,20
Rua Oscar Pereira Camargo - Trecho 3	Rua São Pedro e Rua Paulo Landgraf	88,52	7,36	117,11	768,65
Rua Sem Saída - Trecho 1	Rua São João e Rua Sem Saída	61,85	6,63	17,32	427,13
Rua São João - Trecho 1	Rua Oscar Pereira de Camargo e Avenida Santa Eugenia	90,25	7,98	0,00	720,32



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Rua São João - Trecho 2	Avenida Santa Eugenia e Avenida Duque de Caxias	100,00	7,90	0,00	790,17
Rua São Pedro - Trecho 1	Rua Oscar Pereira de Camargo e Avenida Santa Eugenia	89,99	7,90	0,00	710,97
Rua Antônio Martins Trecho 1	Rua João Augusto da Silva e Rua Hercílio Dias	45,41	8,47	108,03	492,63
Rua João Luiz da Silva Trecho 1	Rua Gladys da Costa Santos e Rua Hercílio Dias	383,62	6,39	0,00	2.450,64
Rua Ludwig Friedrich Trecho 1	Rua João Luiz da Silva e Rua Antônio Martins	49,80	5,98	47,84	345,42
Rua Arthur Coelho de Oliveira - Trecho 1	Rua João Costa e Rua Arthur Coelho de Oliveira - Sem Saída	143,52	7,38	80,01	1.139,62
Rua Avelino Domiciano Azevedo - Trecho 1	Rua Sizenando Gusmão e Rua Sebastião Fernandes de Moraes	51,04	7,45	110,54	490,79
Rua João Costa - Trecho 1	Rua Sizenando Gusmão e Rua Deputado Gabriel Manoel	167,47	7,58	377,72	1.646,52
Rua Sebastião Fernandes de Moraes - Trecho 1	Rua João Costa e Rua Sebastião Fernandes de Moraes - Sem Saída	151,89	7,46	63,40	1.196,24
Rua Sizenando Gusmão - Trecho 1	Rua João Costa e Rua Avelino Domiciano Azevedo	84,45	7,35	0,00	620,93
Rua Elias Salim Maruch - Trecho 1	Rua Oscar Pereira Camargo e Rua Santo Antônio	81,65	7,79	23,81	659,67
Rua Gilberto Pereira - Trecho 1	Rua Santo Antônio e Rua Gilberto Pereira - Sem Saída	72,27	5,97	0,00	431,57
Rua Oscar Pereira de Camargo - Trecho 4	Rua Elias Salim Maruch e Rua Frei Demétrio	90,22	7,39	0,00	667,12
Rua Oscar Pereira de Camargo - Trecho 5	Rua Frei Demétrio e Rua Curitiba	198,16	7,52	0,00	1.489,48
Rua Paulo Landgraf - Trecho 1	Rua Oscar Pereira Camargo e Rua Santo Antônio	89,25	7,03	0,00	627,85
Rua Paulo Landgraf - Trecho 2	Rua Santo Antônio e Rua Paulo Landgraf - Sem Saída	107,91	6,01	0,00	648,13
Rua Santo Antônio - Trecho 1	Rua São Pedro e Rua Paulo Landgraf	84,50	7,98	145,39	819,51
Rua Santo Antônio - Trecho 2	Rua Paulo Landgraf e Rua Frei Demétrio	186,79	7,22	145,86	1.494,03



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Rua São Pedro - Trecho 2	Rua Oscar Pereira Camargo e Rua Santo Antônio	90,10	7,60	95,47	780,51
Rua Eduardo Aleixo - Trecho 1	Rua Sebastião Oliveira dos Santos e Rua Santa Bárbara	78,18	7,87	237,54	852,68
Rua Santa Bárbara - Trecho 1	Avenida Manoel Ribas e Rua Eduardo Aleixo	110,71	6,07	0,00	672,01
Rua Sebastião Oliveira dos Santos - Trecho 1	Avenida Manoel Ribas e Rua Eduardo Aleixo	98,74	7,96	0,00	785,95
Avenida Curitiba - Trecho 1	Avenida Paraná e Rua Londrina	84,20	13,50	40,50	1.177,26
Avenida Curitiba - Trecho 2	Rua Londrina e Avenida Curitiba	118,00	13,50	239,39	1.832,34
Avenida Curitiba - Trecho 3	Avenida Curitiba e Avenida Curitiba	252,08	6,00	619,11	2.131,59
Rua Maringá - Trecho 1	Avenida Paraná e Rua Cornélio Cardoso	74,69	6,50	39,69	525,17
Avenida Vaz - Trecho 1	Rua São Bento e Avenida Vaz	435,49	11,50	259,92	5.268,01
Rua Doutor David - Trecho 1	Avenida Vaz e Rua Sete de Setembro	80,28	6,00	25,87	507,55
Rua Governador Lupion - Trecho 1	Rua Dom Pedro I e Rua São Bento	80,01	7,00	129,13	689,21
Rua Governador Lupion - Trecho 2	Rua São Bento e Rua Maria Vaz	78,49	7,00	146,14	695,59
Rua Governador Lupion - Trecho 3	Rua Maria Vaz e Rua Presidente Vargas	271,86	6,00	0,00	1.631,16
Rua Maria Vaz - Trecho 1	Avenida Vaz e Rua Governador Lupion	115,10	7,00	21,33	827,01
Rua São Bento - Trecho 1	Rua Sete de Setembro e Avenida Vaz	90,97	5,50	214,64	714,99
Rua São Bento - Trecho 2	Avenida Vaz e Rua Governador Lupion	113,80	9,90	0,00	1.126,65
Rua Do Comercio - Trecho 1	Rua Dona Benta e Rua Sem Nome 153	195,39	6,00	0,00	1.172,35
TOTAL RECAPE		6.704,41		4.158,98	71.539,49

GENERALIDADES

Fica reservado à CONTRATANTE, neste ato representado pelo MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS o direito e a autoridade, para resolver todo e qualquer caso singular e porventura omissos neste memorial, e nos demais documentos técnicos, e que não seja definido em outros documentos técnicos ou contratuais, como o próprio contrato ou os projetos/croquis ou outros elementos técnicos fornecidos.

Os serviços serão fiscalizados por empresa de engenharia e ou profissional de engenharia civil credenciado pelo CREA-PR ou de outra região da Federação, o qual será doravante, aqui designado pela Prefeitura Municipal.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Os serviços serão conduzidos por pessoal pertencente à PROPONENTE, competente e capaz de proporcionar mão de obra tecnicamente bem-feita e de acabamento esmerado, em número compatível, para que o cronograma físico e financeiro proposto seja cumprido à risca.

A supervisão dos trabalhos, tanto da FISCALIZAÇÃO como da PROPONENTE, deverá estar sempre a cargo de profissionais, devidamente habilitados e registrados no CREA.

Caso haja necessidade de substituição dos profissionais residente ou Responsabilidade Técnica da PROPONENTE, deverá ser comunicado previamente ao MUNICÍPIO, cujo currículo deverá ser apresentado para fins de aprovação.

A PROPONENTE não poderá executar, quaisquer serviços que não seja autorizado pela FISCALIZAÇÃO, salvo aqueles que se caracterizem, notadamente, como de emergência e necessários ao andamento ou segurança dos serviços.

CONDIÇÕES GERAIS

Não é permitida a execução dos serviços objeto desta:

- a) Sem autorização do Departamento de Engenharia municipal e implantação prévia de sinalização da obra;
- b) Em dias de chuva;
- c) Sem a demarcação prévia da área de Intervenção.

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Situação Fundiária Acerca da dominialidade da poligonal de projeto pode - se dizer que se trata de área pública de propriedade do Município de Congonhinhas.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA AREA DO PROJETO

A área do projeto trata-se de vias públicas localizada na cede e diversos bairros da Cidade. Está em área adensada, de grande circulação de pessoas e veículos, refletindo pouco desnível em sua topografia.

EXECUÇÃO DO PROJETO

O cumprimento do especificado será de responsabilidade e custeado diretamente pela empresa reconhecida contratualmente como executante da obra, doravante simplesmente denominada como "CONTRATADA", sendo o acompanhamento executivo realizado pelo(s) representante(s) indicado(s) pela Prefeitura de Congonhinhas, doravante simplesmente denominado(s) por "FISCALIZAÇÃO".



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Deverão ser tomadas todas as providências necessárias, conforme exigido pela NR-18, quanto à sinalização e eventuais isolamentos para a segurança dos usuários no local.

OBSERVAÇÕES: Ficará por conta da CONTRATADA o fornecimento de todo o material, todo o equipamento, toda a mão-de-obra, para execução dos serviços e A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) do responsável técnico pela obra.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (Cento e oitenta) dias, contados da Ordem de Serviços.

MEDIÇÕES: Etapas Concluídas Mensais.

PROJETO URBANÍSTICO

Considerações gerais

O projeto urbanístico visa apresentar os elementos gráficos e textuais necessários para a intervenção no espaço público. Foi elaborado de acordo com as diretrizes fornecidas pela Prefeitura Municipal, respeitadas as normas e regras vigentes, e é parte integrante da proposta geral para toda a área.

Caso ocorram divergências entre os documentos que fazem parte do processo construtivo (memorial, normas, representação gráfica), fica estabelecido que:

- a) Em caso de divergência entre as cotas (medidas) dos desenhos e suas dimensões em escala, a equipe técnica do Departamento de Engenharia da Prefeitura deverá ser consultada.
- b) Em caso de divergências entre desenhos com datas diferentes, prevalecerão aqueles com datas mais recentes.
- c) Em caso de divergência entre os desenhos dos projetos e o presente memorial, prevalecerão os primeiros. Deve-se salientar que, nesta situação, a equipe técnica deverá ser consultada a respeito.
- d) Somente deverão ser quantificados e orçados os itens cuja quantidade seja apresentada pelo projeto.

CONCEITUAÇÃO DA PROPOSTA

O diagnóstico:

Com base nas informações obtidas no levantamento de campo constatou-se que a área faz parte da zona urbana da cidade, adensada, desprovida de elementos urbanizadores como lixeiras, bancos, postes etc. O traçado da gleba encontra-se definido em sua totalidade pelo traçado viário. A topografia não é acentuada e não representa impedimento para o projeto.

A intervenção:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

A área de intervenção teve a sua poligonal definida levando-se em consideração o perímetro das Ruas coincidente com o meio-fio.

Definida a poligonal de intervenção procurou-se desenvolver um projeto que propiciasse a urbanização da área visando melhorar as condições em que ela se encontra de modo a oferecer aos moradores centrais e bairros, trabalhadores, mais qualidade de acesso e conforto. Diante ao diagnóstico e as solicitações da Prefeitura Municipal o projeto deveria contemplar, recapeamento do leito carroçável e sinalização.

O projeto buscou:

- I. Retirar barreiras;
- II. Propiciar o acesso em toda a área de projeto;

PLACA DA OBRA:

Tem por objetivo informar a população, os dados da obra. A placa deverá ser afixada em local visível apoiada em estrutura de madeira, preferencialmente no início e/ou no final do trecho. Terão dimensões de 4,00 m x 2,00 m, em chapa de aço galvanizado e deverá ser pintada obedecendo conforme modelo apresentado pelo Departamento de Engenharia e Obras da Prefeitura Municipal de Congonhinhas/PR e Convênio conforme Manual de Sinalização do Governo do Estado do Paraná – Placas de Obras no site <https://paranainterativo.pr.gov.br/placas/index.html>.

CARACTERIZAÇÕES DO TERRENO (LOCAL):

O local onde será executado o recapeamento asfáltico tipo implantação de pavimentação em C.B.U.Q., é constituído por leito estrada com revestimento em pedra irregular. No local previsto para implantação de recapeamento asfáltico, os serviços contarão com reperfilamento Faixa “C” DER/PR e capa de rolamento Faixa “C” DER/PR em concreto betuminoso usinado a quente.

O greide já está devidamente “conformado” e compactado pelo uso constante do transporte coletivo urbano existente e o tráfego normal dos veículos que por ali transitam. Além da pavimentação em recape, será procedida a sinalização horizontal.

RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A CONTRATADA deverá alocar todo o pessoal necessário e capacitado para execução da obra, ficando sob sua exclusiva responsabilidade a observância da Legislação Trabalhista, Previdenciária e Civil, para o seu pessoal, bem como a adoção de medidas de segurança e eventuais acidentes ocorridos no canteiro da obra.

A CONTRATADA deverá obedecer aos dispostos nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR-4, NR-5, NR-6, NR-9, NR-7, NR-18) quanto ao fornecimento de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

uniformes e EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), composição de CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), SESMT (Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho), implantação do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), PCMAT (Programa de Controle e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção) e PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional).

POSIÇÃO DO PAVIMENTO EM RELAÇÃO AOS IMÓVEIS JÁ EDIFICADOS

Não haverá necessidade de demolições, desapropriações e/ou retiradas ou modificações em imóveis já existentes, pois o leito das Ruas e o seu greide já estão perfeitamente definidos e consolidados, estando à via situada dentro da faixa de domínio público.

DRENAGEM

Todos os trechos já contam com o sistema de drenagem.

MEIO-FIO GUIA:

Os meio-fio guias já são existentes em todos os trechos.

CALÇADAS EM CONCRETO

Conforme o Programa não será executada as calçadas.

RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM C.B.U.Q.

LIMPEZA DA ÁREA DE RECAPE:

Antes dos serviços de restauração, a superfície do pavimento a ser rejuvenescida ou restaurada deverá apresentar-se limpa, isenta de pó ou outras substâncias prejudiciais. A varredura deverá ser procedida através de vassoura mecânica ou equipamento similar, enquanto a lavagem deverá ser efetuada por meio de caminhão pipa equipada de mangueira d'água de alta pressão.

CORREÇÃO DOS DEFEITOS ANTES DO RECAPE:

Remover concreto sobre a pista de rolamento em ruas onde houver rampas de acesso a garagem de morador.

PINTURA DE LIGAÇÃO:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Tal serviço consiste na aplicação de material betuminoso sobre a superfície existente para promover aderência entre um revestimento betuminoso e a camada subjacente. O material utilizado será a emulsão asfáltica tipo RR-1C (ruptura rápida), e a sua taxa deverá ser obtida experimentalmente variando-se de 0,5 a 0,8 litros/m², acrescentando-se proporcionalmente água variando de 0,5 l/m² a 0,2 l/m², de forma que a taxa total de emulsão e água seja sempre igual a 1,0 l/m². Deve ser observado, após o tempo de cura requerido, normalmente de 4 a 6 horas, qual o teor total de emulsão e água que não provocou escorrimento do ligante para os bordos e formou uma película superficial consistente, sem excessos ou deficiências. O equipamento utilizado é o caminhão espargidor, salvo em locais de difícil acesso ou em pontos falhos que deverá ser utilizado o espargidor manual. Na execução do serviço deverá ser obedecida à especificação DER/PR ES-P17/17.

C.B.U.Q. CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE:

Após a pintura de ligação será executado os serviços de pavimentação asfáltica com C.B.U.Q., com espessura determinada em projeto, sendo o ligante asfáltico o CAP 50/70 e composto pelas seguintes etapas: usinagem, transporte, espalhamento e compactação. A mistura a ser aplicada deverá estar de acordo com o projeto apresentado pela executante (traço), sendo que, adotaram-se nesse projeto as seguintes faixas granulométricas:

Faixa “C” DER-PR (reperfilagem): como camada de regularização/reperfilamento a ser aplicado sob o pavimento em C.B.U.Q. existente, com espessura de 0,03 m;

Faixa “C” DER-PR (rolamento): como camada final de rolamento, com espessura de 0,03 m;

A mistura do C.B.U.Q. deverá ser uniforme e sua composição feita com agregados e cimento asfáltico do tipo CAP 50/70, com densidade de 2,618 t/m³, no teor de 5,0 % para a capa e com densidade de 2,562 t/m³, no teor de 6,08 % para a reperfilagem de acordo com as especificações do DER/PR ES- P 21/17. A granulometria deverá satisfazer os requisitos e tolerâncias segundo o DNIT.

Os equipamentos a serem utilizados para execução dos serviços são: vibro acabadora, que proporcione o espalhamento homogêneo e de maneira que se obtenha a espessura indicada, e os rolos de pneus e tandem liso, que proporcionem a compactação desejada e uma superfície lisa e desempenada.

Deverá ser observado o completo resfriamento do revestimento para abertura ao tráfego. Na execução do serviço deverão ser obedecidas às especificações DER/PR ES-P 21/17.

CONTROLE TECNOLÓGICO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Congonhinhas, através de seus técnicos, profissionais e Departamento de Engenharia exigem da construtora executora da obra o controle tecnológico dos materiais a serem aplicados, conforme preconizado nestas especificações e metodologia vigente em obras de pavimentação asfáltica. Deverá ser feito e observado o controle de qualidade do material betuminoso, controle da qualidade dos agregados, preparação da pista e espessura e compactação das camadas. Todos os materiais utilizados deverão satisfazer às características das especificações em vigor do DERPR/DNIT.

A apresentação deste controle será na forma de **LAUDO TÉCNICO DE CONTROLE TECNOLÓGICO COM A APROVAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS**, e demais normas exigidas para os resultados de cada etapa segundo DNIT/DER/PR.

Conforme Lei nº 14.133/2021, Art. 140, § 4º, os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado, portanto, cabe ao município exigir os ensaios tecnológicos.

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

A sinalização horizontal é estabelecida por meio de marcações ou de dispositivos auxiliares implantados no pavimento e tem como finalidades básicas canalizar os fluxos de tráfego, suplementar a sinalização vertical, principalmente de regulamentação e de advertência, em alguns casos, servir como meio de regulamentação (proibição).

MARCAS TRANSVERSAIS DE PEDESTRES (FTP) COR BRANCA:

Conforme implantado em projeto a marcação FTP delimita a área destinada à travessia de pedestres e regulamenta a prioridade de passagem dos mesmos em relação aos veículos, nos casos previstos pelo Código de Trânsito Brasileiro.

Deve ocupar toda a largura da pista. A FTP deve ser utilizada em locais onde haja necessidade de ordenar e regulamentar a travessia de pedestres. A locação da FTP deve respeitar, sempre que possível, o caminamento natural dos pedestres, sempre em locais que ofereçam maior segurança para a travessia.

Em interseções, deve ser demarcada no mínimo a 1,00 m do alinhamento da pista transversal.

A largura das linhas será de 0,50 m e a distância entre elas também de 0,50 m e sua extensão de 5,00 m.

PREPARO DA SUPERFÍCIE:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Antes da aplicação da tinta, a superfície deve estar seca e limpa, sem sujeiras, óleos, graxas ou qualquer material estranho que possa prejudicar a aderência da tinta ao pavimento. Quando a simples varrição ou jato de água forem insuficientes, as superfícies devem ser escovadas com uma solução adequada a esta finalidade.

MATERIAIS:

A tinta de sinalização horizontal é do tipo refletiva acrílica e termoplástico por aspersão para uma duração mínima de 2 anos, para proporcionar melhor visibilidade noturna. Para as tintas adquirirem retrorrefletorização devem ser utilizadas microesferas de vidro PRE-MIX e DROP-ON.

EXECUÇÃO DA SINALIZAÇÃO:

Para a aplicação de sinalização em superfície com revestimento asfáltico, deve ser respeitado o período de cura do revestimento.

A superfície a ser sinalizada deve estar seca, livre de sujeira, óleos, graxas ou qualquer outro material que possa prejudicar a aderência da sinalização ao pavimento.

Deve ser feita a pré-marcação de acordo com o projeto;

Deve ser executada somente quando o tempo estiver bom, ou seja, sem ventos excessivos, sem neblina, sem chuva e com umidade relativa do ar máxima de 90%;

E quando a temperatura da superfície da via estiver entre 5°C e 40°C.

SINALIZAÇÃO VERTICAL

A sinalização vertical não será contemplada, pois já é existente.

LIMPEZA FINAL

Após a conclusão dos serviços, a empresa responsável pela execução da obra deverá proceder a uma limpeza final rigorosa, além da retirada de todos os entulhos, sobras de materiais e produtos, equipamentos e quaisquer objetos que não façam parte do conjunto final da estrutura Pavimentada.

PLANILHA ORÇAMENTARIA DE REFERÊNCIA

Faz parte do orçamento o fornecimento de todo material, acessórios de fixações, terminações, identificações, certificações, mão de obra, EPI'S, ferramentas, andaimes, plataformas elevatórias, escadas e encargos sociais para os serviços acima descritos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Para elaboração do orçamento, a empresa contratada deverá tirar todas as dúvidas com relação aos desenhos e preencher a planilha orçamentária que acompanha o presente edital de licitação.

A CONTRATADA ao apresentar o preço para esta intervenção esclarecerá que estudou detalhadamente todos os memoriais e demais documentos integrantes do edital e que tomou conhecimento dos serviços a serem executados e das demais informações que julga necessária para formulação das propostas, não sendo passíveis de questionamentos e reivindicações posteriores à sua apresentação e que os preços ofertados incluem todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução dos serviços, assim como

que tem ciência de todos os serviços necessários a completa execução do empreendimento.

Que não teve dúvidas na interpretação dos detalhes construtivos e das recomendações constantes das presentes especificações, e que está ciente de que as especificações complementam os desenhos, e a planilha orçamentária.

A contratada deverá substituir, por sua conta, qualquer material ou aparelho de seu fornecimento que apresentar defeitos decorrentes de fabricação ou má instalação. Todo serviço considerado mal-acabado deverá ser refeito à custa do proponente, a critério da Fiscalização do serviço.

A fiscalização dos serviços em nada eximirá o proponente das responsabilidades assumidas.

VISTORIA TÉCNICA - FACULTATIVA

A empresa licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes na intervenção da Implantação, mediante prévio agendamento de horário, junto ao Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Congonhinhas, pelo telefone (43) 3554-1212, no horário das 8:00h às 17:00h.

Tendo em vista a facultatividade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Processo Licitatório.

CRITÉRIO DE MEDIÇÕES E PAGAMENTOS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Os serviços executados serão aferidos mensalmente por agentes técnicos da Prefeitura Municipal de CONGONHINHAS - P.M.C., medidos da forma descritas, conforme etapas concluídas e os respectivos preços unitários contratados.

Observações:

Os itens executados em desconformidades, serão glosados da medição, não serão pagos, somente após estarem de acordo com o objeto contratado.

OBSERVAÇÕES FINAIS:

A obra deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação, apresentando funcionamento ideal, para todas as instalações, equipamentos e aparelhos pertinentes à mesma.

Todo entulho proveniente dos serviços e obras efetuadas, bem como sobras de materiais, e as instalações e equipamentos utilizados na execução dos trabalhos deverão ser retirados do local da obra pela Empreiteira Contratada.

Qualquer alteração dos materiais e técnicas especificadas deve ser aprovada pelo Departamento de Engenharia e Obras. A obra deverá obedecer à boa técnica, atendendo às recomendações das Normas Técnicas Brasileiras e das concessionárias locais.

A empresa executora deverá disponibilizar profissional devidamente habilitado no conselho de classe, para acompanhar a execução dos serviços.

Quaisquer esclarecimentos complementares necessários ao bom entendimento das presentes considerações serão prestados pela CONTRATANTE e deverão ser feitos antes da apresentação da proposta.

A CONTRATADA ao apresentar o preço para esta intervenção esclarecerá que não teve dúvidas na interpretação dos detalhes construtivos e das recomendações constantes das presentes especificações, e que está ciente de que as especificações complementam os desenhos, e a planilha orçamentária.

A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica durante o período de 05 (cinco) anos conforme Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 – Art. 618, devendo ser prestada quando solicitada, caso haja necessidade de consertos e/ou reparações após a entrega, sanando todo e qualquer tipo de problema sem qualquer tipo de ônus ao Município.

As áreas a serem pavimentadas não serão contíguas, entretanto nunca terão comprimento inferior a 30m (trinta metros).

Os documentos técnicos referenciados DER/PR podem ser acessados na íntegra através do site: <http://www.der.pr.gov.br>.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Empresa Especializada em Pavimentação sobre Pedras Irregulares de vias urbanas contendo os serviços: Serviços Preliminares, Revestimento, Sinalização de Transito e Ensaios Tecnológicos, do Bairro Santa Maria do Rio do Peixe, Bairro do Vaz, Bairro do Vitopolis e Centro na Sede do Município.

Item	Especificação	CATSER	Und. De Medida	Quant	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de Empresa Especializada em Pavimentação sobre Pedras Irregulares de vias urbanas contendo os serviços: Serviços Preliminares, Revestimento, Sinalização de Transito e Ensaios Tecnológicos, do Bairro Santa Maria do Rio do Peixe, Bairro do Vaz, Bairro do Vitopolis e Centro na Sede do Município; Area a ser pavimentada: 71.539,49 m2	14222	Serviço	1	R\$ 6.989.224,87	R\$ 6.989.224,87

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável por igual período, na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O prazo de execução da obra será de 180 (cento e oitenta) dias, conforme cronograma físico financeiro de execução.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço.

4.1.2. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

4.1.3. A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, artigo 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida norma.

4.1.4. A Contratada deverá adotar, no que couber, as disposições da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010; da Resolução Conama nº 362, de 23 de junho de 2005; da Resolução Conama nº 416, de 30 de setembro de 2009; bem como da Resolução Conama nº 340, de 25 de setembro de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.

4.1.5. A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.

4.1.6. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

4.1.6.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

4.1.6.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.1.6.3. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

4.1.6.4. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

4.1.6.5. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.1.6.6. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.1.7. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.1.8. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.2. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.2.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.2.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.2.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

Subcontratação

4.3. A contratada não poderá subcontratar o Contrato, a nenhuma pessoa física ou jurídica, salvo nas hipóteses descritas no edital.

Garantia da contratação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.5. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.5.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.5.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.5.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.5.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.6. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.9. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.9.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.10.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

4.11. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.15.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.15.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.16.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.16.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.17.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

4.17.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.17.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.18. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

DA GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Caberá a gestão do contrato ao Senhor Paulo Sergio da Silva, Secretário de Obras, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:

a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA.

b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;

c) manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

d) propor medidas que melhorem a execução do contrato.

Caberá ao fiscal do Contrato, senhor Luiz Fernando Biaggi Ferri, Engenheiro Civil, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual. Além disso, a fiscalização procederá, mensalmente, a contar da data da assinatura deste Contrato, citada no extrato do contrato publicado no Diário Oficial, à medição baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro e cronograma de execução aprovado, para que permita a elaboração do processo de faturamento. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma físico-financeiro, será registrada a situação, inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas se for o caso.

Preposto

5.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

5.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de Execução do Contrato.

5.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

5.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

5.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

5.11. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

5.12. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

5.13. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

5.14. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

5.15. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

5.16. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

5.17. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

5.18. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

5.19. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

5.20. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

5.21. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

5.21.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída;

Fiscalização Administrativa

5.22. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.23. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

5.24. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

5.25. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

5.25.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

5.25.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

5.25.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

5.25.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

5.25.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

5.25.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

5.25.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

5.25.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

5.25.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

5.25.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

5.25.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

5.25.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

5.25.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

5.25.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

5.25.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

5.25.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

5.25.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

5.26. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item acima deverão ser apresentados.

5.27. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 7.30.1 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

5.28. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

5.29. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

5.30. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

5.31. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

5.32. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

5.33. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

5.34. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

5.35. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

5.36. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

5.37. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

5.38. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

5.39. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

5.40. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

5.41. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

5.42. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

5.43. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

5.44. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

5.45. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

4.46. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

4.46.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

4.46.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

4.47. As compensações de jornada limitam-se:

4.47.1. à jornada diária máxima de 8 (oito) horas; e

4.47.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

4.48. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

DO GESTOR DO CONTRATO

4.49. Cabe ao gestor do contrato:

4.49.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

4.49.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

4.49.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

4.49.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

4.49.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

4.49.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

4.49.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4.49.8. Receber e dar encaminhamento imediato:

4.49.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

4.49.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

DA VISTORIA

5.0 Os licitantes poderão vistoriar o local onde será executada a obra até o último dia útil anterior a data fixada para abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, por meio de representante devidamente habilitado junto ao CREA/CAU.

5.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. A obra deverá ser iniciada em até 21 (vinte e um) dias após o recebimento, pela Contratada da respectiva Ordem de Serviço.

6.1.2. A responsabilidade civil e ético-profissional pela qualidade, solidez e segurança da operação ou do serviço é da executante. Antes do período de ocorrência das chuvas, a contratada deverá tomar as medidas necessárias através da execução de manutenções preventivas nos locais onde apresentarem patologias que venham a comprometer o bom desempenho do pavimento. Mesmo durante o período chuvoso ou imediatamente após as chuvas, deverão ser observados os cuidados necessários para a manutenção da boa qualidade dos serviços. Para a execução do recapeamento asfáltico devem ser observadas a segurança e a sequência executiva para cada tipo de reparo em função do pavimento, apresentadas nestas instruções.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

6.1.4. Preliminarmente deverá ser realizada uma verificação para determinar com precisão a causa do defeito. Cada membro da equipe que irá executar qualquer “Operação” já deve chegar ao local da pavimentação, munido, por exemplo, de todos os Equipamentos de Proteção Individual.

6.1.5. O Encarregado da Equipe, para garantir a proteção coletiva, deve tomar as atitudes abaixo relacionadas:

a) Decidir com o motorista do caminhão, em razão da facilidade de descarga do C.B.U.Q, do trânsito e da sinalização na área, o local de estacionar o veículo.

b) Observar o fluxo de veículos e pedestres no local da “Operação”, e decidir sobre a localização e distribuição das placas de sinalização e cones de advertência. As placas e cones devem proteger também o caminhão estacionado, que por sua vez será útil para a proteção de toda a Equipe.

c) Em todos os serviços executados, será obrigatória a limpeza final do entulho e do material excedente, os quais deverão ser depositados ou recolhidos em locais pré estabelecidos, ficando proibida a descarga em leitos de vias públicas ou em terrenos baldios, devendo a empresa contratada apresentar a SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, um plano de manejo ambientalmente sustentável no que diz respeito ao destino do material retirado.

d) Todo e qualquer defeito no recapeamento asfáltico, que se produza, após a obra até o prazo mínimo de 1(um) ano, deverá ser imediatamente corrigido pela empresa executora, por iniciativa própria ou em atenção à solicitação expedida pela SECRETARIA DE OBRAS.

6.1.6. Cuidados especiais na execução:

6.1.6.1. Se para a execução do recape asfáltico a colocação da sinalização, cones e placas, necessitar estrangular a passagem de veículos (<3,5metros, vide sugestões), o Encarregado deve destacar um dos trabalhadores para ficar atento às tarefas de movimentação dos cones e/ou placas, assim como para proceder uma sinalização manual. Se o Encarregado verificar que isto não será suficiente para uma operação segura.

LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.2. Os serviços serão realizados nas seguintes ruas:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

RUA	TRECHO	COORDENADAS INICIAL	COORDENADAS FINAL
Rua Siqueira Campos- Trecho 1	Travessa dos Estudantes e Travessa Sibipiruna	546011.00 m E 7394942.00 m S	546136.00 m E 7394807.00 m S
Rua Siqueira Campos- Trecho 2	Travessa Sibipiruna e Rua Manoel Domiciano Azevedo	546144.00 m E 7394799.00 m S	546318.00 m E 7394608.00 m S
Travessa Sibipiruna – Trecho 1	Avenida Manoel Ribas e Rua Siqueira Campos	546191.00 m E 7394849.00 m S	546143.00 m E 7394807.00 m S
Travessa Sibipiruna – Trecho 2	Rua Siqueira Campos e Rua Sibipiruna-Sem Saída	546135.00 m E 7394799.00 m S	546109.00 m E 7394777.00 m S
Rua Frei Demétrio – Trecho 1	Rua Santo Antônio e Rua Willian Durães Freire	545758.00 m E 7395919.00 m S	545803.00 m E 7396091.00 m S
Rua Frei Demétrio – Trecho 2	Rua Willian Durães Freire e Rua Leonardo S. Araujo Durães	545803.00 m E 7396091.00 m S	545918.00 m E 7396263.00 m S





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Rua Willian Durães Freire - Trecho 1	Rua Frei Demétrio e Rua Willian Durães Freire	545757.00 m E 7396054.00 m S	545721.00 m E 7396076.00 m S
Avenida São Paulo - Trecho 1	Rua Curitiba e Rua Vereador Gerson Aparecido Borges	545856.00 m E 7395364.00 m S	545955.00 m E 7395340.00 m S
Rua Curitiba - Trecho 1	Rua Oscar Pereira de Camargo e Avenida Vinte de Março	545954.00 m E 7395750.00 m S	545933.00 m E 7395667.00 m S
Rua Curitiba - Trecho 2	Avenida Brasil e Rua Doutor David Xavier da Silva	545902.00 m E 7395554.00 m S	545880.00 m E 7395466.00 m S
Rua Santa Catarina - Trecho 1	Rua Sete de Setembro e Rua Santa Catarina - Sem Saída	545512.00 m E 7395372.00 m S	545694.00 m E 7395309.00 m S
Rua XV de Novembro - Trecho 1	Rua Oscar Pereira de Camargo e Avenida Vinte de Março	545843.00 m E 7395779.00 m S	545822.00 m E 7395695.00 m S
Rua XV de Novembro - Trecho 2	Avenida Vinte de Março e Avenida Brasil	545816.00 m E 7395682.00 m S	545795.00 m E 7395596.00 m S
Rua XV de Novembro - Trecho 3	Avenida Brasil e Rua Doutor David Xavier da Silva	545790.00 m E 7395582.00 m S	545770.00 m E 7395497.00 m S
Rua Felipe Marques Escanvela - Trecho 1	Rua Rafael Henrique da Silva Costa e Rua Siqueira Campos	546433.00 m E 7394568.00 m S	546388.00 m E 7394538.00 m S
Rua Felipe Marques Escanvela - Trecho 2	Rua Siqueira Campos e Rua Floresta	546379.00 m E 7394531.00 m S	546338.00 m E 7394502.00 m S
Rua Floresta - Trecho 1	Rua Felipe Marques Escanvela e Rua Floresta - Sem Saída	546330.00 m E 7394501.00 m S	546227.00 m E 7394607.00 m S
Rua Anézia Landgraf Adami - Trecho 1	Rua João Costa e Rua Ernesto Vilas Boas Filho	546508.00 m E 7394621.00 m S	546576.00 m E 7394470.00 m S
Rua Antônio Regalo - Trecho 1	Rua Gamalier Nogueira e Rua Ernesto Vilas Boas Filho	546573.00 m E 7394579.00 m S	546632.00 m E 7394501.00 m S
Rua Ernesto Vilas Boas Filho - Trecho 1	Rua Anézia Landgraf Adami e Rua Gladys da Costa Santos	546593.00 m E 7394454.00 m S	546720.00 m E 7394573.00 m S
Rua Gamalier Nogueira - Trecho 1	Rua João Costa e Rua Ernesto Vilas Boas Filho	546516.00 m E 7394625.00 m S	546670.00 m E 7394534.00 m S
Rua Gladys da Costa Santos - Trecho 1	Travessa Flamboyant e Rua Ludwig Friedrich	546696.00 m E 7394582.00 m S	546755.00 m E 7394571.00 m S
Rua João Costa - Trecho 2	Rua Deputado Gabriel Manoel e Rua Gladys da Costa Santos	546506.00 m E 7394763.00 m S	546507.00 m E 7394700.00 m S
Rua João Costa - Trecho 3	Rua Gladys da Costa Santos e Rua Gamalier Nogueira	546506.00 m E 7394689.00 m S	546507.00 m E 7394631.00 m S
Travessa Flamboyant - Trecho 1	Rua Ernesto Vilas Boas Filho e Rua Gladys da Costa Santos	546691.00 m E 7394553.00 m S	546690.00 m E 7394580.00 m S
Rua Frei Demétrio - Trecho 3	Rua Leonardo S. Araujo Durães e Rua Nilson Mesquita	545918.00 m E 7396262.00 m S	546072.00 m E 7396322.00 m S
Rua Leonardo S. Araujo Durães - Trecho 1	Rua Frei Demétrio e Rua Silvério Martins de Almeida	545922.00 m E 7396276.00 m S	545847.00 m E 7396339.00 m S
Rua Maria Jorge Aiub - Trecho 1	Rua Frei Demétrio e Rua Silvério Martins de Almeida	545963.00 m E 7396299.00 m S	545870.00 m E 7396377.00 m S
Rua Aparecido Pereira da Silva - Trecho 1	Rua Frei Demétrio e Rua Silvério Martins de Almeida	546015.00 m E 7396313.00 m S	545890.00 m E 7396415.00 m S
Rua Nilson Mesquita - Trecho 1	Rua Frei Demétrio e Rua Silvério Martins de Almeida	546063.00 m E 7396326.00 m S	545914.00 m E 7396449.00 m S



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Rua Silvério Martins de Almeida - Trecho 1	Rua Leonardo S. Araujo Durães e Rua Nilson Mesquita	545846.00 m E 7396344.00 m S	545907.00 m E 7396449.00 m S
Rua Dom Fernando - Trecho 1	Rua Dom Fernando - Sem Saída e Avenida Santa Eugenia	545261.00 m E 7395995.00 m S	545222.00 m E 7395845.00 m S
Rua Oscar Pereira Camargo - Trecho 1	Rua Dom Fernando e Rua São João	545250.00 m E 7395947.00 m S	545341.00 m E 7395922.00 m S
Rua Oscar Pereira Camargo - Trecho 2	Rua São João e Rua São Pedro	545348.00 m E 7395920.00 m S	545438.00 m E 7395896.00 m S
Rua Oscar Pereira Camargo- Trecho 3	Rua São Pedro e Rua Paulo Landgraf	545447.00 m E 7395895.00 m S	545532.00 m E 7395869.00 m S
Rua Sem Saída - Trecho 1	Rua São João e Rua Sem Saída	545338.00 m E 7395871.00 m S	545389.00 m E 7395858.00 m S
Rua São João - Trecho 1	Rua Oscar Pereira de Camargo e Avenida Santa Eugenia	545344.00 m E 7395916.00 m S	545322.00 m E 7395830.00 m S
Rua São João - Trecho 2	Avenida Santa Eugenia e Avenida Duque de Caxias	545319.00 m E 7395819.00 m S	545294.00 m E 7395723.00 m S
Rua São Pedro - Trecho 1	Rua Oscar Pereira de Camargo e Avenida Santa Eugenia	545441.00 m E 7395890.00 m S	545418.00 m E 7395801.00 m S
Rua Antônio Martins Trecho 1	Rua João Augusto da Silva e Rua Hercílio Dias	547055.00 m E 7394464.00 m S	547101.00 m E 7394442.00 m S
Rua João Luiz da Silva Trecho 1	Rua Gladys da Costa Santos e Rua Hercílio Dias	546755.00 m E 7394570.00 m S	547015.00 m E 7394287.00 m S
Rua Ludwig Friedrich Trecho 1	Rua João Luiz da Silva e Rua Antônio Martins	546755.00 m E 7394572.00 m S	546782.00 m E 7394623.00 m S
Rua Arthur Coelho de Oliveira - Trecho 1	Rua João Costa e Rua Arthur Coelho de Oliveira-Sem Saída	546518.00 m E 7394828.00 m S	546644.00 m E 7394754.00 m S
Rua Avelino Domiciano Azevedo - Trecho 1	Rua Sizenando Gusmão e Rua Sebastião Fernandes de Moraes	546594.00 m E 7394909.00 m S	546593.00 m E 7394855.00 m S
Rua João Costa - Trecho 1	Rua Sizenando Gusmão e Rua Deputado Gabriel Manoel	546511.00 m E 7394955.00 m S	546508.00 m E 7394780.00 m S
Rua Sebastião Fernandes de Moraes - Trecho 1	Rua João Costa e Rua Sebastião Fernandes de Moraes - Sem Saída	546518.00 m E 7394893.00 m S	546650.00 m E 7394813.00 m S
Rua Sizenando Gusmão - Trecho 1	Rua João Costa e Rua Avelino Domiciano Azevedo	546522.00 m E 7394959.00 m S	546592.00 m E 7394911.00 m S
Rua Elias Salim Maruch - Trecho 1	Rua Oscar Pereira Camargo e Rua Santo Antônio	545637.00 m E 7395847.00 m S	545658.00 m E 7395932.00 m S
Rua Gilberto Pereira - Trecho 1	Rua Santo Antônio e Rua Gilberto Pereira - Sem Saída	545610.00 m E 7395959.00 m S	545628.00 m E 7396028.00 m S
Rua Oscar Pereira de Camargo - Trecho 4	Rua Elias Salim Maruch e Rua Frei Demétrio	545640.00 m E 7395841.00 m S	545726.00 m E 7395816.00 m S
Rua Oscar Pereira de Camargo - Trecho 5	Rua Frei Demétrio e Rua Curitiba	545737.00 m E 7395815.00 m S	545922.00 m E 7395767.00 m S
Rua Paulo Landgraf - Trecho 1	Rua Oscar Pereira Camargo e Rua Santo Antônio	545540.00 m E 7395876.00 m S	545563.00 m E 7395959.00 m S
Rua Paulo Landgraf - Trecho 2	Rua Santo Antônio e Rua Paulo Landgraf - Sem Saída	545565.00 m E 7395968.00 m S	545589.00 m E 7396055.00 m S
Rua Santo Antônio - Trecho 1	Rua São Pedro e Rua Paulo Landgraf	545475.00 m E 7395988.00 m S	545557.00 m E 7395968.00 m S



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Rua Santo Antônio - Trecho 2	Rua Paulo Landgraf e Rua Frei Demétrio	545568.00 m E 7395965.00 m S	545752.00 m E 7395914.00 m S
Rua São Pedro - Trecho 2	Rua Oscar Pereira Camargo e Rua Santo Antônio	545444.00 m E 7395898.00 m S	545468.00 m E 7395985.00 m S
Rua Eduardo Aleixo - Trecho 1	Rua Sebastião Oliveira dos Santos e Rua Santa Bárbara	546128.00 m E 7395093.00 m S	546184.00 m E 7395050.00 m S
Rua Santa Bárbara - Trecho 1	Avenida Manoel Ribas e Rua Eduardo Aleixo	546107.00 m E 7394958.00 m S	546187.00 m E 7395040.00 m S
Rua Sebastião Oliveira dos Santos - Trecho 1	Avenida Manoel Ribas e Rua Eduardo Aleixo	546054.00 m E 7395016.00 m S	546118.00 m E 7395092.00 m S
Avenida Curitiba - Trecho 1	Avenida Paraná e Rua Londrina	553349.00 m E 7386321.00 m S	553362.00 m E 7386234.00 m S
Avenida Curitiba - Trecho 2	Rua Londrina e Avenida Curitiba	553336.00 m E 7386410.00 m S	553347.00 m E 7386335.00 m S
Avenida Curitiba - Trecho 3	Avenida Curitiba e Avenida Curitiba	553443.00 m E 7386682.00 m S	553315.00 m E 7386495.00 m S
Rua Maringá - Trecho 1	Avenida Paraná e Rua Cornélio Cardoso	553166.00 m E 7386178.00 m S	553176.00 m E 7386105.00 m S
Avenida Vaz - Trecho 1	Rua São Bento e Avenida Vaz	557290.00 m E 7397205.00 m S	557223.00 m E 7397641.00 m S
Rua Doutor David - Trecho 1	Avenida Vaz e Rua Sete de Setembro	557252.00 m E 7397381.00 m S	557162.00 m E 7397365.00 m S
Rua Governador Lupion - Trecho 1	Rua Dom Pedro I e Rua São Bento	557436.00 m E 7397131.00 m S	557422.00 m E 7397209.00 m S
Rua Governador Lupion - Trecho 2	Rua São Bento e Rua Maria Vaz	557421.00 m E 7397224.00 m S	557409.00 m E 7397299.00 m S
Rua Governador Lupion - Trecho 3	Rua Maria Vaz e Rua Presidente Vargas	557409.00 m E 7397317.00 m S	557363.00 m E 7397580.00 m S
Rua Maria Vaz - Trecho 1	Avenida Vaz e Rua Governador Lupion	557288.00 m E 7397288.00 m S	557403.00 m E 7397306.00 m S
Rua São Bento - Trecho 1	Rua Sete de Setembro e Avenida Vaz	557186.00 m E 7397161.00 m S	557278.00 m E 7397190.00 m S
Rua São Bento - Trecho 2	Avenida Vaz e Rua Governador Lupion	557301.00 m E 7397195.00 m S	557414.00 m E 7397216.00 m S
Rua Do Comercio - Trecho 1	Rua Dona Benta e Rua Sem Nome 153	552147.00 m E 7389610.00 m S	552310.00 m E 7389519.00 m S

Materiais a serem disponibilizados

6.3. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

6.4. Garantir todos os materiais, equipamentos e insumos necessários para a execução das atividades (quando aplicável), em conformidade com as especificações do contrato.

6.5. Cumprir normas de segurança e higiene no trabalho, com a disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e treinamento adequado aos profissionais

6.6. A prestação dos serviços deverá ocorrer com o fornecimento dos materiais definidos na planilha orçamentária, bem como a disponibilização de mão de obra para execução dos serviços nela definidos e demais obrigações existentes do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Memoriais e Instrumento Contratual, dentre outros projetos caso existentes.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6.8. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 05 anos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto

7. Do Recebimento

7.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.2.1. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.2.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.2.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.2.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.2.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.2.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

7.2.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.2.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.4.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.4.5. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.4.6. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

LIQUIDAÇÃO

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

7.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado após recebimento dos recursos financeiros da SECID - SECRETARIA DAS CIDADES/PARANACIDADE, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

REAJUSTE

7.25. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato estimado.

Cessão de Crédito

7.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.26.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.26.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.26.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Pagamento pelo fato gerador

7.28. No caso do Pagamento pelo Fato Gerador, o Contratante adotará os seguintes procedimentos:

7.29. Serão objeto de pagamento mensal ao Contratado o somatório dos seguintes módulos que compõem a planilha de custos e formação de preços, disposta no Anexo VII-D da IN SEGES/MP n.º 5/2017:

1. Módulo 1: Composição da Remuneração;
2. Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários e FGTS;
3. Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários;
4. Submódulo 4.2: Substituto na Intrajornada;
5. Módulo 5: Insumos; e
6. Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), que será calculado tendo por base as alíneas acima.

7.30. Os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais ao Contratado, devendo ser pagos pela Administração ao Contratado somente na ocorrência do seu fato gerador;

7.30.1. A não ocorrência dos fatos geradores discriminados neste item não gera direito adquirido para o Contratado das referidas verbas ao final da vigência do contrato, devendo o pagamento seguir as regras previstas no contrato

7.31. As verbas discriminadas no item anterior somente serão liberadas nas seguintes condições:

7.31.1. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

7.31.2. pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

7.31.3. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;

7.31.4. pelos valores correspondentes às ausências legais efetivamente ocorridas dos empregados vinculados ao contrato; e

7.31.5. outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;**
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;**
- c) der causa à inexecução total do contrato;**
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;**
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;**
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;**
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;**
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.**

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

- 8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;**
- 8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.**
- 8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.**
- 8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.**
- 8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.**
- 8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.**
- 8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.**
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.**
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.**
- 8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.**
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.**
- 8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.**
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**
- 8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

- 8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRENCIA PUBLICA, sob a forma ELETRONICA, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço.

9.1.1. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

Exigências de Habilitação

Em atendimento aos requisitos de habilitação, os documentos anexados pelo licitante deverão apresentar resolução adequada, de modo a assegurar a plena legibilidade, garantindo que todas as informações neles constantes sejam claramente visíveis. É imperativo que tais documentos não contenham rasuras ou qualquer outra forma de alteração que possa comprometer a correta conferência das informações indispensáveis à habilitação.

Havendo a necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando nova data e horário para continuidade desta.

Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessários para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

10. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

11. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
12. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
13. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no [sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor);
14. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
15. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
16. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

17. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
18. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
23. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
24. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
25. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
26. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

27. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
28. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
29. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo}}{\text{Passivo Circulante}}$$



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

30. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido, 10% do valor total estimado da contratação.
31. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
32. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
33. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
34. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
35. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

36. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
 - 36.1.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
37. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;
 - 37.1.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

Qualificação Técnico-Operacional

38. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

38.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

38.1.2. **PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA SOBRE PEDRAS IRREGULARES.**

38.1.3. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

38.1.4. Os atestados de capacidade técnica DEVERÃO ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor, com CAT acervada no CREA.

38.1.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

38.1.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

39. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

40. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

41. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Disposições gerais sobre habilitação

42. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

43. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

44. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
45. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
46. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 6.989.224,87 (seis milhões novecentos e oitenta e nove mil, duzentos e vinte e quatro reais e oitenta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na planilha orçamentaria.
- 10.1.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.
- 10.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1 A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

217 4.4.90.51.00.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES 10130 Transferências Voluntárias Públicas

DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Projeto Básico não são classificadas como sigilosas.

Congonhinhas, 14 de janeiro de 2025

Paulo Sérgio da Silva

Secretário Municipal de Obras e Viação

Luiz Fernando Biaggi Ferri

Engenheiro Civil